



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

Aos 25 dias do mês de junho de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Apreciação e votação da ata n.º 203/XII, relativa à reunião de 18 de junho de 2014

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 943/XII/3.ª (BE) – "Recomenda a finalização do Metro do Mondego."

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 900/XII/3.ª (BE) – "Recomenda ao Governo medidas para aumentar a transparência e o controlo da agência de crédito à exportação (COSEC)."

4. Apreciação e votação do Parecer sobre a Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório sobre a Política da Concorrência 2013 [COM(2014)249].

- Relator: Deputado Nuno Serra (PSD)

5. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 237/XII/3.ª (GOV) – Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno

- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

6. Apreciação da informação da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1043/XII/3.ª (PCP) - "Em defesa dos postos de trabalho, do



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

cumprimento dos compromissos assumidos e do desenvolvimento da atividade industrial na unidade da Kemet em Évora." e n.º 1035/XII/3.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que impeça a deslocalização de empresas que receberam apoios públicos e garanta os postos de trabalho na KEMET em Évora."

7. Apreciação da proposta de criação de um Grupo de Trabalho para apreciação de iniciativas legislativas pendentes na especialidade.

8. Fixação de redações finais:

- Proposta de Lei 201/XII/3ª - "Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96; de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores."

- Proposta de Lei 202/XII/3ª - "Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno."

9. Outros assuntos

11:30

Audições, sobre o Comércio Internacional, na sequência dos requerimentos do PCP e do PS

- ANIVÉC/APIV - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção

- ATP - Associação Têxtil e Vestuário de Portugal



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

Por impossibilidade de presença do Senhor Presidente, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).

10:00

1. Apreciação e votação da ata n.º 203/XII, relativa à reunião de 18 de junho de 2014

Submetida a votação, a ata n.º 203/XII/3.ª, relativa à reunião de 18 de junho de 2014, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 943/XII/3.ª (BE) – "Recomenda a finalização do Metro do Mondego."

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o Projeto de Resolução em apreço, fazendo uma breve resenha da história desta obra e dos seus custos, tendo realçado que os mesmos derraparam bastante e que, apesar de todas as obras realizadas, o metro ainda não se encontra em funcionamento. Considerou também haver uma série de planeamentos duvidosos e um conjunto de desperdícios que podem ser controlados no futuro, mas era necessário que se retomasse a obra e se revisse o projeto, para se conseguir poupanças na sua execução. Referiu também que vários Deputados e representantes locais das diversas forças políticas tinham-se já manifestado a favor da conclusão da obra, que considerou essencial para a mobilidade naquela zona, que está pior do que estava antes do início das obras. Solicita compromisso das várias forças parlamentares com a conclusão das três fases desta obra, dando conta da parte dispositiva deste diploma.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Encarnação (PSD), Ana Paula Vitorino (PS), Helder Amaral (CDS-PP) e Rita Rato (PCP).

O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) referiu que esta era uma preocupação de todos os partidos e que era o caso de uma obra lançada sem olhar a custos em 2009 e interrompida pelo mesmo Governo em 2010, por falta de condições financeiras



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

para a concluir. Fez também referência à resposta dada pelo Governo a três perguntas feitas por Deputados do PS sobre esta mesma questão, na qual se reafirmava a ideia de que o Governo entendia que esta era uma obra prioritária e pretendia fazer uma redução de custos e terminá-la, possivelmente não nos mesmos moldes que estava prevista.

Pela Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) foi referido que já em fevereiro de 2005, a dois dias das eleições legislativas, o Governo do PSD/CDS-PP tinha lançado um concurso para uma parceria público-privada para um projeto exatamente igual ao que foi mais tarde lançado, com duas ou três exceções: tinha um orçamento muito superior, deixava de parte o troço de ligação a Serpins, tinha uma cláusula que previa que se no prazo de 90 dias as câmaras municipais de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã não assinassem um protocolo a concordar com o projeto o concurso autoextinguia-se, que foi o que aconteceu. Depois, lembrou, foi feita uma consulta pública, chegou-se à conclusão que tinha de haver mudança de conceito, houve alteração de alguns troços dentro de Coimbra, aproximando o projeto aos novos desenvolvimentos urbanos e fazendo uma alteração profunda dos conceitos de interface nas zonas suburbanas. Na sequência do acordo a que se chegou, foram realizados os protocolos necessários, fizeram-se os concursos, as câmaras municipais participaram as obras que se fizeram fora do projeto para não o onerar e as obras no âmbito do concurso avançaram, com a retirada dos carris no ramal da Lousã porque aquela linha não oferecia condições de segurança. Em 2010, prosseguiu, erradamente e na sequência de testes que foram realizados, a obra foi parada. Em seu entender, o atual Governo teve toda a oportunidade de corrigir este erro em 2011, mas até ao momento nada fez. Afirmou ainda que o PS não podia acompanhar este Projeto de Resolução, porque tinha erros técnicos, mas concordava com a necessidade de retomar aquele projeto.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que não foi pensada a racionalidade dos investimentos e defendeu a necessidade de criar um modelo de mobilidade eficiente para aquela região. Considerou uma prioridade reduzir o projeto e redefini-lo. Lembrou que o mesmo consta do Plano Estratégico de Transportes e



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

Infraestruturas e que logo que haja folga financeira e condições para tal, este projeto deve ser redimensionado.

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) argumentou que 18 anos e 10 Governos diferentes depois, este projeto significou a destruição de uma linha férrea centenária. Em seu entender, as decisões políticas que estiveram na raiz deste projeto foram responsáveis pela destruição do ramal da Lousã. O PCP sempre se opôs à destruição desse ramal e este projeto não permitia a integração na rede ferroviária nacional, tinha menos capacidade de transporte de passageiros e de mercadoria, para além de que exigiria um investimento maior para o fornecimento de energia. Lembrou que o seu partido discordou desde sempre da extinção do transporte de mercadorias naquele ramal. Defendeu a reposição imediata dos carris no ramal da Lousã e lembrou que o abandono do projeto e a não garantia de alternativa tinha tido um impacto negativo nas populações locais e na cidade de Coimbra. Concluiu, afirmando que o seu grupo parlamentar não podia acompanhar o projeto de resolução porque este projeto não é um metro ligeiro, reiterando a defesa na reposição dos carris, na eletrificação e modernização da linha e na extinção da sociedade Metro do Mondego e considerando fundamental a devolução do ramal da Lousã ao património público ferroviário.

Para encerrar a discussão tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), para reiterar os termos do Projeto de Resolução e a importância da existência de algum compromisso relativamente a esta obra, dando assim uma resposta às preocupações das populações.

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 900/XII/3.ª (BE) – "Recomenda ao Governo medidas para aumentar a transparência e o controlo da agência de crédito à exportação (COSEC)."

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte, por solicitação do PSD.

4. Apreciação e votação do Parecer sobre a Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório sobre a Política da Concorrência 2013 [COM(2014)249].

- Relator: Deputado Nuno Serra (PSD)

O Senhor Deputado Nuno Serras (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer sobre a COM(2014)249.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que cumprimentou o relator e informou que o seu grupo parlamentar iria abster-se nesta votação, não pelo conteúdo do parecer, que era escorreito, mas pela questão de fundo, as políticas de concorrência da União Europeia.

Submetido o parecer à votação, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP e do BE.

5. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 237/XII/3.ª (GOV) – Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno

- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

De seguida, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 237/XII/3.ª.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Apreciação da informação da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1043/XII/3.ª (PCP) - "Em defesa dos postos de trabalho, do cumprimento dos compromissos assumidos e do desenvolvimento da



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

**atividade industrial na unidade da Kemet em Évora." e n.º 1035/XII/3.ª (BE)
- "Recomenda ao Governo que impeça a deslocalização de empresas que receberam apoios públicos e garanta os postos de trabalho na KEMET em Évora."**

Não tendo havido quaisquer sugestões de alteração da informação, o Senhor Presidente informou que a mesma iria ser enviada a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para que os projetos de resolução apreciados pudessem ser votados no período de votações regimentais seguinte.

7. Apreciação da proposta de criação de um Grupo de Trabalho para apreciação de iniciativas legislativas pendentes na especialidade.

O Senhor Presidente colocou à apreciação a proposta de criação de um grupo de trabalho para o setor da construção, tendo usado da palavra os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), para concordar com a sua criação e indicar que ele próprio e os Deputados do PS Ana Paula Vitorino e António Cardoso integrariam o Grupo de Trabalho; Hélder Amaral (CDS-PP), no mesmo sentido e indicando como representantes do CDS-PP o Deputado Rui Barreto e ele próprio; Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE), também para concordar com a criação do Grupo de Trabalho e indicando-se a si próprios para o integrar. Pelo PSD foram indicados os Senhores Deputados Adriano Rafael Moreira, como coordenador, Eduardo Teixeira e Luis Leite Ramos. Finalmente, usou da palavra o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD), para informar que havia a intenção de iniciar os trabalhos rapidamente, pelo que pretendia agendar a primeira reunião para o dia seguinte, após o final da sessão plenária que iria realizar-se durante a manhã.

8. Fixação de redações finais:

- Proposta de Lei 201/XII/3ª - "Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96; de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores."



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

- Proposta de Lei 202/XII/3ª - "Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno."

As redações finais em causa foram fixadas, sem votos contra, nos termos regimentais.

9. Outros assuntos

Nada havendo a tratar neste ponto da Ordem do Dia, passou-se de imediato à audição da ANIVEC/APIV e da ATP.

11:30

Audições, sobre o Comércio Internacional, na sequência dos requerimentos do PCP e do PS

- ANIVEC/APIV - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção

- ATP - Associação Têxtil e Vestuário de Portugal

O Senhor Presidente deu as boas vindas aos representantes da ANIVEC/APIV e da ATP, tendo-lhes dado de imediato a palavra para uma intervenção inicial.

Depois da intervenção inicial dos representantes das duas entidades, que fizeram apresentações em PowerPoint, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Nuno Serra (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Mariana Mortágua (BE).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

Os representantes da ATP e da ANIVÉC/APIV responderam às questões colocadas em resposta conjunta.

A audição foi integralmente [gravada](#) e a gravação, as apresentações em PowerPoint e demais documentação entregue durante a audição podem ser consultadas na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de junho de 2014.

O VICE-PRESIDENTE

(FERNANDO SERRASQUEIRO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 204/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Afonso Oliveira
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: